



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAQUIM PIRES-PI
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTOS DE CARGOS



CADERNO DE PROVA OBJETIVA

FISCAL TRIBUTÁRIO MUNICIPAL

Leia atentamente as instruções abaixo.

01- Você recebeu do fiscal o seguinte material:

a) Este **Caderno**, com **40 (quarenta) questões** da Prova Objetiva, sem repetição ou falha, conforme distribuição abaixo. Examine se a prova está completa, se há falhas ou imperfeições gráficas que causem dúvidas.

Português	Informática	Conhecimentos Específicos
15	05	20

02- No **Cartão de Respostas**, a marcação da alternativa correta deve ser feita cobrindo a letra e preenchendo todo o espaço interno do quadrado, com caneta esferográfica de tinta na cor **azul** ou **preta**, de forma contínua e densa.

03- Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas **4 (quatro) alternativas** classificadas com as letras **(A, B, C, D)**, mas só uma responde adequadamente à questão proposta. Você só deve assinalar **uma alternativa**. A marcação em mais de uma alternativa anula a questão, mesmo que uma das respostas esteja correta.

04- **Será eliminado** do Concurso Público o candidato que:

a) Utilizar ou consultar *cadernos, livros, notas de estudo, calculadoras, telefones celulares (ainda que desligados), papéis, apostilas, dentre outros.*

b) Ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando o **Cartão de Respostas**.

05. Por motivo de segurança, o candidato só poderá retirar-se da sala após **1 (uma) hora** a partir do início da prova. O candidato que, por qualquer motivo ou recusa, **não** permanecer em sala durante o período mínimo estabelecido, terá o fato consignado em ata e será automaticamente eliminado do Concurso Público.

06. O candidato somente poderá levar o Caderno de Questões caso saia da sala de aplicação de sua prova nos últimos **30 (trinta) minutos**.

07. Não se comunique, em hipótese alguma, com outros candidatos.

08. Qualquer questionamento sobre a prova deverá ser encaminhado por via de recurso de acordo com o edital para este concurso Público.

10. Confira, no Cartão-Resposta, o número de sua Inscrição, o cargo para o qual se inscreveu, seu nome e assine no espaço adequado.

NOME DO (A) CANDIDATO (A): _____

Nº DE INSCRIÇÃO: _____



MAIS INFORMAÇÕES:

Internet: www.institutomachadodeassis.com.br
 Telefone: (86) 3025-1017
 E-mail: ima.joaquimpres2019@outlook.com

INSTITUTO MACHADO DE ASSIS - IMA

CONCURSO PÚBLICO PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAQUIM PIRES-PI

RASCUNHO

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40

FOLHA DE ANOTAÇÃO DO GABARITO - ATENÇÃO: *Esta parte somente deverá ser destacada pelo fiscal da sala, após o término da prova.*

INSTITUTO
MACHADO DE ASSIS

**LÍNGUA PORTUGUESA****QUESTÕES DE 1 A 15**

Para responder a essas questões, assinale APENAS UMA ÚNICA alternativa correta e marque o número correspondente na Folha de Respostas.

AS QUESTÕES DE 1 A 15 ESTÃO RELACIONADAS AO TEXTO ABAIXO**TEXTO**

1 No Brasil, anualmente, são desperdiçados 41 mil toneladas de alimentos, segundo Viviane
2 Romeiro, coordenadora de Mudanças Climáticas do World Resources Institute (WRI) Brasil, uma
3 instituição de pesquisa internacional. [...] “O Brasil está entre os dez principais países que mais perdem e
4 desperdiçam alimento. Estamos falando da cadeia de perda e de desperdício. Perda que tem a ver com a
5 colheita, a pós-colheita, com a distribuição e o desperdício que já vem no final da cadeia, que é no varejo,
6 no supermercado e com o hábito do consumidor”, disse Viviane.

7 Essa perda e desperdício de alimentos tem diversas implicações. Uma delas é com relação à
8 segurança alimentar.

9 [...]

10 Segundo Allan Boujanic, representante da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e
11 Alimentação (FAO) no Brasil, cerca de 30% de tudo o que é produzido no mundo é desperdiçado e perdido
12 antes de chegar à mesa do consumidor. Isso provoca, segundo a FAO, um prejuízo econômico estimado
13 em US\$ 940 bilhões por ano, o que corresponde a cerca de R\$ 3 trilhões.

14 Sobre a questão ambiental, Viviane disse que, se essa perda mundial com os alimentos fosse um
15 país, ela seria o terceiro maior país do mundo por emissão de gás de efeito estufa, por exemplo, ficando
16 atrás apenas da China e dos Estados Unidos.

17 Outras implicações, segundo Viviane, dizem respeito aos aspectos econômico e ambiental. “É
18 um assunto que envolve uma questão social e de segurança alimentar, de impacto econômico, mas também
19 de impactos ambientais e aí destacamos essencialmente a perda da biodiversidade, impactos na
20 biodiversidade, impactos no uso do solo, na questão da água, da escassez da água, e também a questão do
21 clima, das emissões de carbono”, disse.

22 Para Viviane, uma das ações que poderia ajudar a reduzir o desperdício e a perda de alimentos
23 no país seria a adoção de um marco regulatório sobre o tema. “Hoje temos vários projetos de lei, mas que
24 não foram aprovados ou promulgados. É super-importante que tenhamos um marco regulatório específico
25 e que proporcione segurança jurídica para que as empresas realizem suas doações de forma adequada e
26 para que haja incentivos e subsídios para a redução da perda e desperdício alimentar. Essa questão
27 legislativa e regulatória é extremamente importante”, disse.



28 Para a coordenadora de Mudanças Climáticas do WRI Brasil, inventariar a perda e o desperdício
29 de alimentos é um primeiro passo importante que as empresas e que os países devem fazer. Depois seria
30 importante estabelecer metas de redução e estratégias para que ocorram.

31 Para Alcione, a grande dificuldade diz respeito à cadeia logística. “Tanto a cadeia de distribuição
32 quanto a de armazenamento e o consumidor final tem uma grande perda de alimentos por falta de
33 infraestrutura. Nossas centrais de abastecimento não têm uma infraestrutura adequada. Faltam cadeias e
34 câmaras frias e falta conscientização na parte de manipulação e embalagens. O Brasil tem um grande
35 problema de infraestrutura hoje e de logística nessa área. Diria que esse é o problema mais grave que a
36 gente tem no desperdício de alimentos”, disse a integrante do corpo diretivo da Rede Save Food Brasil.

FONTE: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2016-06/brasil-desperdica-40-mil-toneladas-de-alimento-por-dia-diz-entidade>



- 01)** Com base no texto, pode-se afirmar:
- (A) O desperdício verificado no Brasil é, paradoxalmente, indispensável ao seu desenvolvimento.
 - (B) O desperdício, no mundo inteiro, visa a incentivar a produção.
 - (C) O aproveitamento de alimentos através de doações é solução viável para o desperdício no Brasil.
 - (D) O gasto em excesso que se nota no mundo inteiro é bom para qualquer país.
- 02)** A través das proposições dos diferentes enunciadores, é correto afirmar:
- (A) A falta de uma legislação que incentive a doação acaba inibindo iniciativas com a finalidade de minimizar o desperdício.
 - (B) Não há solução possível para o desperdício porque ele é diferente em cada parte do mundo.
 - (C) O desenvolvimento brasileiro está extremamente ligado à imagem do desperdício.
 - (D) As empresas, quando desperdiçam, estimulam o crescimento do nível de empregos.
- 03)** É verdadeiro o que se afirma sobre o termo transcrito em:
- (A) “uma”, em “uma instituição de pesquisa internacional.” (L.2/3) individualiza o termo “instituição.
 - (B) “mas “, em “mas também de impactos ambientais” (L.18/19) indica inclusão.
 - (C) Na palavra “hoje” (L.35), o “-h” é uma consoante brasileira.
 - (D) “que” e “que”, em “que corresponde a cerca de R\$ 3 trilhões.” (L.13) e “que esse é o problema mais grave” (L.35), do ponto de vista morfológico, são iguais.
- 04)** Com referência aos elementos linguísticos que compõem o texto, é correto afirmar:
- (A) “mas também” (L.18) exprime oposição.
 - (B) “poderia ajudar” (L.22) indica incerteza de um fato passado mediante certa condição.
 - (C) “Se” (L.14) expressa causa.
 - (D) “conscientização” (L.34) tem valor subjetivo.
- 05)** Há predicado verbal em:
- (A) “vários projetos de lei não (...) foram (...) promulgados.” (L.23/24).
 - (B) “ela seria o terceiro maior país do mundo” (L.15).
 - (C) “Essa questão legislativa e regulatória é extremamente importante” (L.26/27).
 - (D) “o desperdício de alimentos é um primeiro passo importante” (L.28/29).
- 06)** Exerce a mesma função sintática que a expressão “de alimentos” (L.1) o termo:
- (A) “de pesquisa” (L.3).
 - (B) “de alimentos” (L.7).
 - (C) “da água” (L.20).
 - (D) “de um marco regulatório” (L.23).
- 07)** No texto,
- (A) “Faltam” (L.33) é verbo transitivo direto e sinaliza a indeterminação do sujeito da oração.
 - (B) O “-s”, em “Estamos” (L.4) é marca indicadora de plural na forma verbal destacada.
 - (C) Em “Hoje” (L.23), há a ocorrência de dígrafo.
 - (D) “Segundo” (L.10) indica número sequencial.
- 08)** Há a ocorrência de ditongo e dígrafo, respectivamente, em:
- (A) “Viviane” (L.1) e “pesquisa” (L.3).
 - (B) “perdem” (L.3) e “alimentos” (L.7).
 - (C) “prejuízo” (L.12) e “Essa” (L.7).
 - (D) “poderia” (L.22) e “adequada” (L.25).
- 09)** A base primitiva de formação das palavras “empresas” (L.25) e “armazenamento” (L.32), respectivamente, é:
- (A) Verbo e verbo.
 - (B) Adjetivo e verbo
 - (C) Substantivo e adjetivo.
 - (D) Verbo e substantivo.



10) Funciona, no texto, como paciente da ação nominal a expressão:

- (A) “de gás” (L.15).
- (B) “marco” (L.24).
- (C) “de redução” (L.30).
- (D) “nessa área.” (L.35).

11) Funciona, no texto, como agente da ação verbal a expressão

- (A) “diversas implicações.” (L.7).
- (B) “à mesa do consumidor” (L.12).
- (C) “Isso” (L.12)
- (D) “Essa questão” (L.26).

12) Possuem o mesmo valor morfológico que a expressão “no final da cadeia” (L.5) os termos.

- (A) “anualmente” (L.1) e “da cadeia” (L.4).
- (B) “atrás da China” (L.16) e “essencialmente” (L.19).
- (C) “o desperdício” (L.22) e “extremamente” (L.27).
- (D) “à cadeia logística” (L.31) e “de alimentos” (L.36).

13) Leia o trecho abaixo:

“se essa perda mundial com os alimentos fosse um país, ela seria o terceiro maior país do mundo por emissão de gás de efeito estufa,” (L.14/15).

Entre as ideias contidas no período em destaque, está presente uma relação de:

- (A) Modo e finalidade.
- (B) Tempo e comparação.
- (C) Causa e consequência.
- (D) Condição e consequência.

14) Tem o mesmo valor morfológico de “o”, em “o que é produzido” (L.11) o termo da alternativa:

- (A) “essa”, em “essa perda” (L.7).
- (B) “a”, em “ a perda” (L.19).
- (C) “uma”, em “uma das ações” (L.22).
- (D) “O”, em “O Brasil”, (L.34).

15) No trecho, “ficando atrás apenas da China e dos Estados Unidos.” (L.15/16), o enunciador usa a palavra “apenas”, que expressa sentido de:

- (A) Inclusão.
- (B) Modo.
- (C) Exclusão.
- (D) Adição.

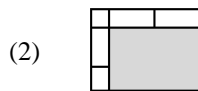
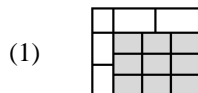


INFORMÁTICA

QUESTÕES DE 16 A 20

16) Durante a manipulação de planilhas do Microsoft Office Excel 2007, comumente há a necessidade de mesclar celular. Sobre este assunto, faça relação entre as colunas 1 e 2.

Coluna 1






Coluna 2

- (3) Mesclar e Centralizar
- (4) Mesclar através
- (2) Mesclar Células
- (1) Desfazer Mesclagem de Células

Estabelecendo a ordem de cima para baixo, é **CORRETO** o que afirma apenas em:

- (A) 4, 1, 3, 2.
- (B) 3, 2, 3, 2.
- (C) 4, 1, 2, 3.
- (D) 3, 4, 2, 1.

17) No Painel de Controle do Windows 8, através de “Contas Usuário e Proteção p/ Família” (Configurar Proteção para a Família para qualquer usuário), pode-se, segundo descrição da ferramenta: “obter relatórios das atividades dos seus filhos no computador, escolher o que eles veem online, definir limites de tempo e restrições de aplicativo e muito mais. Você pode gerenciar essas configurações neste computador ou no site de Proteção para a Família.”

- I.  Convidado
Usuário padrão
Sem senha
- II.  Fulano
Administrador do PC
Protegido por senha
- III.  Sicrano
Usuário padrão
Protegido por senha

Considerando as contas de usuários supra, e baseado na descrição da ferramenta contida no enunciado da questão, esta importante ferramenta pode ser aplicada apenas a:

- (A) I.
- (B) I, II.
- (C) II.
- (D) III.



18) As teclas para funções operacionais servem para agilizar determinadas operações. Por exemplo, para acessar a ajuda de determinados programas deve-se acionar “F1”. No Microsoft Word 2007, durante a digitação de um texto, ao acionar a tecla de função “F4” ocorre:

- (A) Repete o último fragmento digitado.
- (B) Não ocorre nada.
- (C) Fecha o programa sem salvar.
- (D) Desfaz a última digitação.

19) José trabalha numa loja que vende equipamentos de informática. Ao dar baixa nas vendas realizadas no final do dia, desejou calcular sua comissão para saber o quanto lhe rendera o desempenho. Então construiu a seguinte planilha:

	A	B	C
1	Vendas	Produtos	10%
2			Comissão
3	1.236,00	Computador	
4	335,00	HD	
5	180,00	No-break	
6	600,00	Monitor	

A fórmula inicial, que José deverá inserir na coluna C3, com a finalidade de usar a alça de preenchimento para lançar a fórmula nas demais células é:

- (A) =A3:A6*C1.
- (B) =A3*C1
- (C) =A3*C\$1
- (D) =(A3:A6)*C1.

20) Para se prevenir quanto a perda de dados, algumas pessoas ou empresas realizam Backups de suas informações de um dispositivo para outro. Sobre os diversos tipos de Backups que podemos encontrar, assinale a alternativa que melhor descreve as características do Backup Normal:

- (A) Copia todos os arquivos selecionados, mas não os marca como arquivos que passaram por backup.
- (B) Copia todos os arquivos selecionados que foram modificados no dia de execução do backup diário, diferencial e incremental.
- (C) Copia todos os arquivos selecionados e os marca como arquivos que passaram por backup.
- (D) Copia arquivos criados ou alterados desde o último backup e não marca os arquivos como arquivos que passaram por backup.



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÕES DE 21 A 40

21) De acordo com o art. 145 da Constituição Federal de 1988, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir os seguintes tributos:

- I. contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas.
- II. impostos.
- III. taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição.

É correto o que se afirma em:

- (A) I e II
- (B) II e III
- (C) I, II e III
- (D) I

22) Segundo o art. 145, §2º da Constituição Federal de 1988, sempre que possível, os _____ terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração tributária, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificados, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte.

Assinale a alternativa que preenche de forma correta a lacuna acima.

- (A) impostos extraordinários de guerra.
- (B) impostos
- (C) empréstimos compulsórios.
- (D) tributos.

23) À luz do art. 150 da Constituição Federal de 1988, sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

- I. estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais, ressalvada a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Poder Público.
- II. cobrar tributos antes de decorridos cento e oitenta dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.

- III. utilizar tributo com efeito de confisco.
- IV. instituir impostos sobre patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei.

A quantidade de itens corretos é:

- (A) 3
- (B) 2
- (C) 1
- (D) 4

24) NÃO compete à União instituir impostos sobre:

- (A) operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários.
- (B) propriedade territorial rural.
- (C) produtos industrializados.
- (D) operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior.

25) Segundo o art. 153, §3º da Constituição Federal de 1988, o Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI

- (A) incidirá sobre produtos industrializados destinados ao exterior.
- (B) será cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação com o montante cobrado nas anteriores.
- (C) terá reduzido seu impacto sobre a aquisição de bens de capital pelo contribuinte do imposto, na forma da lei.
- (D) será não seletivo, em função da essencialidade do produto.



26) O Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR:

- I. será fiscalizado e cobrado pelos Municípios que assim optarem, na forma da lei, desde que não implique redução do imposto ou qualquer outra forma de renúncia fiscal.
- II. incidirá sobre pequenas glebas rurais, definidas em lei, quando as explore o proprietário que não possua outro imóvel.
- III. será progressivo e terá suas alíquotas fixadas de forma a desestimular a manutenção de propriedades improdutivas.

É correto o que se afirma em:

- (A) I, II e III
(B) I e III
(C) I e II
(D) II e III

27) Assinale a alternativa que apresenta um imposto de competência dos estados.

- (A) imposto de transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos.
(B) imposto sobre exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados.
(C) imposto sobre grandes fortunas, nos termos de lei complementar.
(D) imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana.

28) O imposto _____ não incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, nem sobre a transmissão de bens ou direitos decorrente de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, salvo se, nesses casos, a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil.

Marque a alternativa que preenche de forma correta a lacuna acima.

- (A) sobre a propriedade de veículos automotores.
(B) sobre serviços de qualquer natureza.
(C) de transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição;
(D) sobre renda e proventos de qualquer natureza.

29) Em relação aos impostos sobre serviços de qualquer natureza, cabe à lei complementar:

- I. regular a forma e as condições como isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados.
- II. excluir da sua incidência exportações de serviços para o exterior.
- III. fixar as suas alíquotas máximas e mínimas

É correto o que se afirma em:

- (A) III
(B) I e II
(C) I
(D) I, II e III

30) É **INCORRETO** afirmar sobre a constituição do crédito tributário.

- (A) A atividade administrativa de lançamento é discricionária e facultativa, sob pena de responsabilidade funcional.
(B) A modificação introduzida, de ofício ou em consequência de decisão administrativa ou judicial, nos critérios jurídicos adotados pela autoridade administrativa no exercício do lançamento somente pode ser efetivada, em relação a um mesmo sujeito passivo, quanto a fato gerador ocorrido posteriormente à sua introdução.
(C) Salvo disposição de lei em contrário, quando o valor tributário esteja expresso em moeda estrangeira, no lançamento far-se-á sua conversão em moeda nacional ao câmbio do dia da ocorrência do fato gerador da obrigação.
(D) Compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento, assim entendido o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo caso, propor a aplicação da penalidade cabível.



31) Segundo o art. 149 do Código Tributário Nacional, o lançamento é efetuado e revisto de ofício pela autoridade administrativa nos seguintes casos, entre outros:

- I. quando se comprove que, no lançamento anterior, ocorreu fraude ou falta funcional da autoridade que o efetuou, ou omissão, pela mesma autoridade, de ato ou formalidade especial.
- II. quando se comprove falsidade, erro ou omissão quanto a qualquer elemento definido na legislação tributária como sendo de declaração obrigatória.
- III. quando se comprove ação ou omissão do sujeito passivo, ou de terceiro legalmente obrigado, que dê lugar à aplicação de penalidade pecuniária.
- IV. quando se comprove que o sujeito passivo, ou terceiro em benefício daquele, agiu com dolo, fraude ou simulação.

É correto o que se afirma em:

- (A) II, III e IV
- (B) I, II e III
- (C) II e IV
- (D) I, II, III e IV

32) Suspendem a exigibilidade do crédito tributário, **EXCETO**:

- (A) o parcelamento.
- (B) a concessão de medida liminar em mandado de segurança.
- (C) a decisão administrativa irreformável, assim entendida a definitiva na órbita administrativa, que não mais possa ser objeto de ação anulatória.
- (D) a concessão de medida liminar ou de tutela antecipada, em outras espécies de ação judicial.

33) Acerca da fiscalização tributária, marque a opção **FALSA**.

- (A) As autoridades administrativas federais poderão requisitar o auxílio da força pública federal, estadual ou municipal, e reciprocamente, quando vítimas de embargo ou desacato no exercício de suas funções, ou quando necessário à efetivação de medida prevista na legislação tributária, ainda que não se configure fato definido em lei como crime ou contravenção.

(B) A Fazenda Pública da União e as dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios prestar-se-ão mutuamente assistência para a fiscalização dos tributos respectivos e permuta de informações, na forma estabelecida, em caráter geral ou específico, por lei ou convênio.

(C) Sem prejuízo do disposto na legislação criminal, é permitida a divulgação, por parte da Fazenda Pública ou de seus servidores, de informação obtida em razão do ofício sobre a situação econômica ou financeira do sujeito passivo ou de terceiros e sobre a natureza e o estado de seus negócios ou atividades.

(D) A autoridade administrativa que proceder ou presidir a quaisquer diligências de fiscalização lavrará os termos necessários para que se documente o início do procedimento, na forma da legislação aplicável, que fixará prazo máximo para a conclusão daquelas.

34) Sobre o disposto no Código Tributário Nacional a respeito da dívida ativa, assinale a alternativa verdadeira.

(A) Constitui dívida ativa tributária a proveniente de crédito dessa natureza, regularmente inscrita na repartição administrativa competente, depois de esgotado o prazo fixado, para pagamento, pela lei ou por decisão final proferida em processo regular.

(B) A dívida regularmente inscrita tem o efeito de prova pré-constituída.

(C) A dívida regularmente inscrita goza da presunção de certeza e liquidez.

(D) As alternativas “A”, “B” e “C” estão corretas.

35) O termo de inscrição da dívida ativa, autenticado pela autoridade competente, indicará obrigatoriamente:

1. o nome do devedor e, sendo caso, o dos corresponsáveis, bem como, sempre que possível, o domicílio ou a residência de um e de outros.

2. a quantia devida e a maneira de calcular os juros de mora acrescidos.

3. a origem e natureza do crédito, mencionada especificamente a disposição da lei em que seja fundado.

4. a data em que foi inscrita.

5. sendo caso, o número do processo administrativo de que se originar o crédito.

A soma dos itens corretos é:

- (A) 15
- (B) 10
- (C) 12
- (D) 8



36) Segundo o art. 113, § 1º do Código Tributário Nacional, a obrigação tributária _____ surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente.

Marque a alternativa que preenche de forma correta a lacuna acima.

- (A) regular
- (B) principal
- (C) acessória
- (D) decorrente

37) A definição legal do fato gerador da obrigação tributária é interpretada abstraindo-se:

- I. dos efeitos dos fatos efetivamente ocorridos.
- II. apenas da validade jurídica dos atos efetivamente praticados por terceiros.
- III. da validade jurídica dos atos efetivamente praticados pelos contribuintes, responsáveis, ou terceiros, bem como da natureza do seu objeto ou dos seus efeitos.

É correto o que se afirma em:

- (A) III
- (B) I e III
- (C) I e II
- (D) I, II e III

38) É **INCORRETO** afirmar sobre a legislação tributária.

- (A) A legislação tributária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios vigora, no País, fora dos respectivos territórios, nos limites em que lhe reconheçam extraterritorialidade os convênios de que participem, ou do que disponham esta ou outras leis de normas gerais expedidas pela União.
- (B) Entram em vigor no décimo segundo dia do exercício seguinte àquele em que ocorra a sua publicação os dispositivos de lei, referentes a impostos sobre o patrimônio ou a renda que definem novas hipóteses de incidência.
- (C) Interpreta-se literalmente a legislação tributária que disponha sobre outorga de isenção.
- (D) Os princípios gerais de direito privado utilizam-se para pesquisa da definição, do conteúdo e do alcance de seus institutos, conceitos e formas, mas não para definição dos respectivos efeitos tributários.

39) Nos casos de impossibilidade de exigência do cumprimento da obrigação principal pelo contribuinte, respondem solidariamente com este nos atos em que intervierem ou pelas omissões de que forem responsáveis, entre outros:

- I. os tutores e curadores, pelos tributos devidos por seus tutelados ou curatelados.
- II. os sócios, no caso de liquidação de sociedade de pessoas.
- III. o síndico e o comissário, pelos tributos devidos pela massa falida ou pelo concordatário.
- IV. os administradores de bens de terceiros, pelos tributos devidos por estes.

A quantidade de itens corretos é:

- (A) 2
- (B) 3
- (C) 4
- (D) 1

40) O _____ da obrigação principal é a pessoa obrigada ao pagamento de tributo ou penalidade pecuniária.

Assinale a alternativa que preenche de forma correta a lacuna acima.

- (A) depositário
- (B) alienante
- (C) sujeito ativo
- (D) sujeito passivo